

SE Narandiba S.A.

**Demonstrações
Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2021 e 2020**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. A SE NARANDIBA S.A.....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	3
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO.....	4
3.1. Subestações em operação.....	4
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA.....	4
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	4
5.1. Resultado Econômico Financeiro.....	4
6. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	5
6.1. Perfil da Dívida.....	5

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2021, a SE Narandiba S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

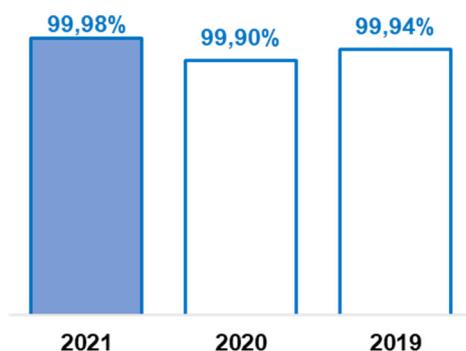
1. A SE NARANDIBA S.A.

A **SE Narandiba S.A.** (“Companhia”) é uma companhia fechada estabelecida em 18 de agosto de 2008, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma sociedade de propósito específico (SPE) e possui 100% de participação nas Subestações de Narandiba, Brumado II 230/138kV e Extremoz II.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,98% (99,90% em 2020 e 99,94% em 2019). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Brumado II	-	230/138	-	100	21/09/2014	27/08/2042
Extremoz II	-	230/69	-	300	04/07/2015	10/05/2042
Narandiba	-	230/69	-	300	06/06/2011	28/01/2039

Subestações em Operação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Brumado II	100	2.044,75	2.044,75	2023	Julho	IPCA
Extremoz II	100	3.256,31	3.256,31	2022	Julho	IPCA
Narandiba	100	9.759,91	9.759,91	2024	Julho	IPCA

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$22.269 mil (R\$15.314 mil para o ciclo 2020/2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	
			R\$	%
Receita Bruta	22.158	16.056	6.102	38%
Deduções da Receita Bruta	(809)	(586)	(223)	38%
Custo Não Gerenciável	(670)	(666)	(4)	1%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	20.679	14.804	5.875	40%
Custo Gerenciável	(5.622)	(2.918)	(2.704)	93%
Amortização / Depreciação	(4.748)	(3.496)	(1.252)	36%
Resultado da Atividade	10.309	8.390	1.919	23%
EBITDA	15.057	11.886	3.171	27%
Resultado Financeiro	(600)	(176)	(424)	241%
Lucro Antes dos Impostos	9.709	8.214	1.495	18%
IR e CSLL	(790)	(499)	(291)	58%
Lucro do Período	8.919	7.715	1.204	16%

A Receita Bruta da Companhia em 2021 apresentou aumento de R\$ 6.102 mil (variação positiva de 38%) em comparação ao ano de 2020.

Os custos gerenciáveis registraram um incremento de 93% no ano, quando comparado com 2020. Esta variação é principalmente pelo reflexo do aumento de despesas com pessoal e despesa com serviços de terceiros.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em 2021 em R\$600 mil, sendo R\$387 mil referentes a receitas financeiras e R\$987 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R\$8.919 mil e EBITDA positivo de R\$15.057 mil.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 2.091 mil (caixa líquida de dívida R\$ 3.455 mil), apresentando uma redução de 45% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R\$ 3.811 mil (dívida líquida R\$ 752 mil).

Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 82% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 18% no longo prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela SE Narandiba S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da SE Narandiba S.A. e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da SE Narandiba S.A..

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da SE Narandiba S.A. sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

SE Narandiba S.A

Rio de Janeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SE Narandiba S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da SE Narandiba S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a SE Narandiba S.A a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A SE Narandiba S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	15
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES.....	15
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..	18
4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS.....	19
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	20
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	21
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	22
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	23
10. FORNECEDORES.....	24
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	25
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27
14. PESSOAL E ADMINISTRADORES	28
15. RESULTADO FINANCEIRO	28
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	31

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
BALANÇO PATRIMONIAL
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos			
Ativo circulante		10.534	5.940
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.546	3.059
Concessionárias e permissionárias	7	4.778	2.389
Tributos compensáveis	8.1	24	36
Despesas pagas antecipadamente		157	65
Outros ativos circulantes		29	391
Ativo não circulante		126.526	131.652
Depósitos judiciais e cauções		106	102
Tributos compensáveis		3.844	5.151
Imobilizado	9	122.576	126.399
Total do ativo		137.060	137.592
Passivo			
Passivo circulante		22.505	30.088
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	9	2.405	1.549
Empréstimos e financiamentos	10	1.721	1.723
Obrigações sociais e trabalhistas		553	384
Tributos	7	372	360
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		17.193	25.483
Encargos setoriais	7.2	57	24
Outros passivos circulantes	14	204	565
Passivo não circulante		676	2.544
Empréstimos e financiamentos	10	370	2.088
Encargos setoriais		117	298
Provisão para litígios		149	122
Outros passivos não circulantes		40	36
Total do Passivo		23.181	32.632
Patrimônio líquido			
Capital social		104.454	104.454
Reservas de lucros		136.857	124.097
Prejuízos acumulados		(127.432)	(123.591)
Total do patrimônio líquido	17.5	113.879	104.960
Total do passivo e do patrimônio líquido		137.060	137.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		22.158	16.056
Disponibilização do sistema de transmissão	12	22.158	16.056
Tributos	12	(809)	(586)
PIS		(144)	(104)
Cofins		(665)	(482)
Encargos - Parcela "A"	12	(670)	(666)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(207)	(148)
Reserva Global de Reversão - RGR		(389)	(470)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(74)	(48)
Receita líquida	12	20.679	14.804
Resultado antes dos custos gerenciáveis		20.679	14.804
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(10.370)	(6.414)
Pessoal e administradores		(2.222)	(1.331)
Material		(201)	(234)
Serviços de terceiros		(2.826)	(1.065)
Arrendamento de aluguéis		-	(36)
Tributo		(73)	(18)
Provisões liquidas - Contingências		-	(2)
Multas regulatórias		-	(45)
Provisões líquida - PCLD		(4)	(4)
Depreciação e amortização		(4.748)	(3.496)
Outros gastos operacionais		(296)	(183)
Resultado da Atividade		10.309	8.390
Resultado Financeiro	14	(600)	(176)
Receitas financeiras		387	80
Despesas financeiras		(930)	(256)
Outros resultados financeiros, líquidos		(57)	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		9.709	8.214
Despesa com impostos sobre os lucros		(790)	(499)
Lucro líquido do exercício		8.919	7.715
Lucro por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0830	0,0800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	8.919	7.715
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	8.919	7.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital Social	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	67.654	5.819	60.961	10.686	10.471	(95.146)	60.445
Aumento de Capital	40.015	-	-	-	-	-	40.015
Capital Integralizado	(3.215)	-	-	-	-	-	(3.215)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.715	7.715
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	1.808	-	-	-	(1.808)	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	34.352	(34.352)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	104.454	7.627	60.961	10.686	44.823	(123.591)	104.960
Capital Integralizado	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.919	8.919
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	638	-	-	-	(638)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	(5.140)	-	-	5.140	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	17.262	(17.262)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.454	8.265	55.821	10.686	62.085	(127.432)	113.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.919	7.715
Ajustado por:	6.138	4.176
Depreciação e amortização	4.748	3.496
Tributos sobre o lucro	790	504
Resultado financeiro, líquido	600	176
Variações de ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(2.383)	(1.008)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	390	(438)
Obrigações sociais e trabalhistas	169	384
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	1.068	79
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	3	18
Outros ativos e passivos, líquidos	(889)	150
Caixa líquidos oriundo das operações	13.415	11.076
Encargos de dívidas pagos	(98)	(1.059)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	368	73
Tributos sobre o lucro pagos	(675)	(429)
Caixa oriundo das atividades operacionais	13.010	9.661
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(515)	(40.091)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(516)	(40.091)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	36.800
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.718)	(5.695)
Dividendos pagos aos acionistas	(8.289)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(10.007)	31.105
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.487	675
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.059	2.384
Caixa e equivalentes no final do exercício	5.546	3.059
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	409	1.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a SE Narandiba S.A. (“Narandiba” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

A SE Narandiba S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2008, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em 03 de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011 e o contrato de concessão de transmissão 004/2009 ANEEL foi outorgado em 28 de janeiro de 2009 com vigência de 30 anos. Através da resolução autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços nas instalações da subestação Narandiba com a instalação de um novo transformador de 100 MVA 230/69kV. A obra foi concluída em fevereiro de 2014.

Além do Contrato citado anteriormente, a Companhia sagrou-se vencedora dos leilões 06/2011 (realizado em 16/12/2011) e 05/2012 (realizado em 06/06/2012), cujos objetos correspondem às Subestações de Extremoz II e Brumado II 230/138kV, respectivamente.

As instalações do contrato de concessão 009/2012, assinado em 10/05/2012, referente à subestação Extremoz II, iniciaram a operação comercial 03/07/2015. Já as instalações do contrato de concessão nº 023/2012, assinado em 27/08/2012, referente à subestação Brumado II 230/138kV, iniciaram a operação comercial em 23/09/2014.

Ainda em relação ao contrato de concessão 009/2012, encontra-se em operação comercial desde o dia 15/05/2016 o quinto bay de 69kV da SE Extremoz II, construído para atender ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Através das resoluções autorizativas nº 7.393 e nº 7.485, publicadas nos dias 16 de outubro de 2018 e 27 de novembro de 2018, respectivamente, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços nas instalações

da subestação Brumado II e subestação Narandiba com a instalação de novos transformadores de 100 MVA 230/138kV. As obras foram concluídas em outubro e dezembro de 2020.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$15.314 (R\$14.873 para o ciclo 2020/2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

2.1. Coronavírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.3. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e

considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

2.3.1. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

2.3.2. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11).

2.3.3. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. Esse risco é proveniente principalmente de valores a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

SE Narandiba S.A.

CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	Fitch
Banco do Brasil		AA
Banco Itaú	AA	AAA

2.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada em reais mil
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	187.034
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 18, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de março de 2022, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
17	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5. Novas normas e interpretações não vigentes

O Despacho ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, aprovou a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE na dimensão procedimental, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as principais alterações na versão 2022 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e não espera impactos relevantes nas Demonstrações Regulatórias do exercício seguinte.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício		7.715	-	7.715
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		4.176	-	4.176
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		825	(1.263)	(438)
Outros		(377)	-	(377)
Caixa líquidos oriundo das operações	(a)	12.339	(1.263)	11.076
Outros		(1.415)	-	(1.415)
Caixa oriundo das atividades operacionais		10.924	(1.263)	9.661
Aquisição de imobilizado e intangível	(a)	(41.354)	1.263	(40.091)
Utilização de caixa em atividades de investimento		(41.354)	1.263	(40.091)
Geração de caixa em atividades de financiamento		31.105	-	31.105
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		675	-	675

(a) A Administração da Companhia avaliou a apresentação no exercício de 2020 dos investimentos que não envolveram caixa e efetuou a reclassificação para o grupo de atividades operacionais.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	67	51
Fundos de investimento	5.479	3.008
	5.546	3.059

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2021			2020		
	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.806	(28)	4.778	2.414	(25)	2.389
	4.806	(28)	4.778	2.414	(25)	2.389

	Valores Correntes						
	Corrente a vencer	Corrente Vencida				Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total 2021	Total 2020
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.777	1	-	1	27	(28)	4.778
Total	4.777	1	-	1	27	(28)	4.778

7.1. Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

SE Narandiba S.A.

CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**8.1. Tributos compensáveis**

	<u>0</u>	<u>0</u>
Tributos compensáveis		
Imposto de renda – IR	1	1
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	3	3
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	3.864	5.183
	<u>3.868</u>	<u>5.187</u>
corrente passivo	24	36
Não circulante	3.844	5.151

8.2. Outros tributos e encargos setoriais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos		
Imposto de renda – IR	93	89
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	76	53
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	93	86
Programa de integração social – PIS	13	13
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	58	61
Impostos e contribuições retidos na fonte	29	45
	<u>362</u>	<u>347</u>
Encargos setoriais a recolher		
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	14	13
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	122	298
Ministério de minas e energia – MME	7	7
Encargos do consumidor – PROINFA	8	4
Outros	33	13
	<u>184</u>	<u>335</u>
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	<u>546</u>	<u>682</u>
Circulante	429	384
Não circulante	117	298

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço								
Transmissão	106.895	-	44.267	151.162	44.267	(31.206)	119.956	80.436
Terrenos	-	-	163	163	163	-	163	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.563	-	740	11.303	740	(4.148)	7.155	6.852
Máquinas e equipamentos	96.325	-	43.364	139.689	43.364	(27.054)	112.635	73.581
Móveis e utensílios	7	-	-	7	-	(4)	3	3
Subtotal	106.895	-	44.267	151.162	44.267	(31.206)	119.956	80.436
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	45.425	857	(44.267)	2.015	(43.410)	-	2.015	45.425
Terrenos	160	3	(163)	-	(160)	-	-	160
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.015	-	(8.015)	-	(8.015)	-	-	8.015
Máquinas e equipamentos	36.177	854	(36.064)	967	(35.210)	-	967	36.177
Outros	1.073	-	(25)	1.048	(25)	-	1.048	1.073
Administração	538	67	-	605	67	-	605	538
Máquinas e equipamentos	538	67	-	605	67	-	605	538
Subtotal	45.963	924	(44.267)	2.620	(43.343)	-	2.620	45.963
Total do ativo imobilizado	152.858	924	-	153.782	924	(31.206)	122.576	126.399

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2021			2020	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	4,02%	151.162	(31.206)	119.956	80.436
		151.162	(31.206)	119.956	80.436
Em curso					
Transmissão	-	2.015	-	2.015	45.425
Administração	-	605	-	605	538
		2.620	-	605	45.963
		153.782	(31.206)	122.576	126.399

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Serviços de Terceiros	Outros	Total
Máquinas Equipamentos	921	-	921
Terrenos	-	3	3
Total das Adições	921	3	924

10.FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais e serviços	2.405	1.549
Total	2.405	1.549
Circulante	2.405	1.549
Não circulante	0	-

SE Narandiba S.A.

CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Abertura do endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência a Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo		
																2023	2024	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1	1.718	370	2.091												291.465	78.205	369.669
14_DIV_BB BNDES_2012.10_EX	1	682	57	740	Sim	dez-12	Aval/Fiança	TJLP	2,50%	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/01/2023	Mensal	SAC	56.850	-	56.850
14_DIV_BB BNDES_2012.10_EX	1	801	-	802	Sim	dez-12	Aval/Fiança	TJLP	2,50%	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/12/2022	Mensal	SAC	-	-	-
14_DIV_BB BNDES_2012.10_EX	1	235	313	549	Sim	jun-14	Aval/Fiança	TJLP	2,50%	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/04/2024	Mensal	SAC	234.615	78.205	312.819

Financiamento obtido para a aquisição de CAPEX, amortizado em até 109 parcelas, com término em abril de 2024.

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA

Saldo Total

Ativos Financeiros

5.546

Caixa e Aplicações Financeiras

5.546

Para o quadro acima considera-se como ativo financeiro apenas o caixa e equivalentes de caixa.

11.2. Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida bruta	3	1.718	370	2.091	3.811
Financ. / Emprést. moeda nacional	3	1.718	370	2.091	3.811
Ativos Financeiros	-	(5.546)	-	(5.546)	(3.059)
Alta liquidez	-	(5.546)	-	(5.546)	(3.059)
Caixa líquido de dívida	3	(3.828)	370	(3.455)	752

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$104.454, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 104.454.088 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	104.454	100%	104.454
Total	104.454	100%	104.454

12.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.919	7.715
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	104.454	94.550
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0830	0,0800

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.760	36.160
Reserva legal	(638)	(1.808)
Lucro líquido ajustado	12.122	34.352
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(17.262)	(34.352)
Reserva de lucros a realizar	5.140	-
Lucro líquido a distribuir	-	-

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º janeiro	25.483	25.483
Dividendos pagos no exercício	(8.290)	-
Saldo em 31 de dezembro	17.193	25.483

12.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

12.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional		
Receita de transmissão – Rede Básica ^(a)	22.158	16.056
Deduções à receita		
PIS / COFINS	(809)	(586)
Encargos- Parcela “A”		
Reserva Global de Reversão - RGR	(389)	(470)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(207)	(148)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(74)	(48)
	<u>20.679</u>	<u>14.804</u>

^(a) A receita de transmissão – Rede Básica é relacionadas à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 04/2009 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

13.1. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho.

SE Narandiba S.A.

CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA).

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração	(791)	(378)
Encargos	(341)	(213)
Previdência privada - Corrente	(58)	(245)
Rescisões	(578)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(256)	(205)
Outros benefícios - Corrente	(198)	(278)
Outros	-	(12)
Total	<u>(2.222)</u>	<u>(1.331)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	368	73
Atualização de depósitos judiciais	3	3
Outras receitas financeiras	16	4
	<u>387</u>	<u>80</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(96)	(207)
Atualização de provisões para processos judiciais	(24)	-
IOF	(14)	(19)
Outras despesas financeiras	(796)	(27)
	<u>(930)</u>	<u>(253)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(57)	(3)
	<u>(57)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(600)</u>	<u>(176)</u>

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo		
Contas a receber e outros	2.743	1.609
Compartilhamento de pessoal	-	344
	<u>2.743</u>	<u>1.953</u>
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(1.785)	(1)
Compartilhamento de pessoal	(59)	(107)
	<u>(1.844)</u>	<u>(108)</u>

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Transações com partes relacionadas

	2021			2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida	17.486	200	17.686	12.509	182	12.691
Custo dos serviços	(1.813)	-	(1.813)	(344)	-	(344)
Despesas gerais e administrativas	498	-	498	(365)	-	(365)
	16.171	200	16.371	11.800	182	11.982

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IGP-M.
- (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.
- (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

16.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Recebíveis		-	-	344	344
Outros ativos financeiros		-	-	344	344
Mensurados pelo custo amortizado		2.414	2.414	2.414	2.414
Caixa e equivalentes de caixa		67	67	51	51
Concessionárias e permissionárias		4.805	4.805	2.414	2.414
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		5.479	5.479	3.059	3.059
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.479	5.479	3.059	3.059
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		4.720	4.720	5.954	5.954
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		2.405	2.405	1.549	1.549
Empréstimos e financiamentos		2.091	2.091	3.811	3.811
Outros passivos financeiros		224	224	594	594

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

17.2. Métodos e técnicas de avaliação

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

17.3. Gestão de riscos financeiros operacionais

Na política de riscos financeiros, além de demais diretrizes abordadas, estão definidas as diretrizes para proteção do risco cambial, risco de taxa de juros e de utilização de instrumentos derivativos, estabelecendo níveis adequados de risco. A política de riscos operacionais em transações de mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

17.4. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	5.479	501	(125)	(251)

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		10.534	22.006	32.540	5.940	21.231	27.171
Caixa e equivalentes de caixa		5.546	-	5.546	3.059	-	3.059
Contas a receber de clientes e outros		4.778	(6)	4.772	2.389	(13)	2.376
Tributos compensáveis	18.2	24	(20)	4	36	(33)	3
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	22.012	22.012	-	21.244	21.244
Despesas pagas antecipadamente	18.2	157	-	157	65	(65)	-
Outros tributos a recuperar	18.2	-	20	20	-	33	33
Outros ativos circulantes		29	-	29	391	65	456
Ativo não circulante		126.526	123.089	249.615	131.652	120.039	251.691
Depósitos judiciais e cauções		106	-	106	102	1	102
Tributos compensáveis		3.844	-	3.844	5.151	-	5.151
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	244.936	244.936	-	245.900	245.900
Imobilizado	18.1	122.576	(121.847)	729	126.399	(125.861)	538
Total do ativo		137.060	145.095	282.155	137.592	141.270	278.862
Passivo							
Passivo circulante		22.505	-	22.505	30.088	-	30.088
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		2.405	-	2.405	1.549	-	1.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.721	-	1.721	1.723	-	1.723
Obrigações sociais e trabalhistas		553	-	553	384	-	384
Tributos	18.2	372	(203)	169	360	(218)	142
Dividendos a pagar	18.2	17.193	-	17.193	25.483	-	25.483
Encargos setoriais	18.2	57	202	259	24	218	242
Outros passivos circulantes		204	1	205	565	-	565
Passivo não circulante		676	17.663	18.339	2.544	17.679	20.223
Empréstimos, financiamentos e debêntures		370	-	370	2.088	-	2.088
Tributos	18.2	117	9.744	9.861	298	9.751	10.049
Tributos diferidos	18.2	-	7.922	7.922	-	7.928	7.928
Provisão para litígios		149	-	149	122	-	122
Outros passivos não circulantes		40	(3)	37	36	-	36
Total do passivo		23.181	17.663	40.844	32.632	17.679	50.311
Patrimônio líquido							
Capital social		104.454	-	104.454	104.454	-	104.454
Reservas de lucros		136.857	-	136.857	124.097	-	124.097
Prejuízos Acumulados	18.5	(127.432)	127.432	-	(123.591)	123.591	-
Total do patrimônio líquido		113.879	127.432	241.311	104.960	123.591	228.551
Total do passivo e do patrimônio líquido		137.060	145.095	282.155	137.592	141.270	278.862

Demonstração do resultado

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		22.158	(196)	21.962	16.056	70.376	86.432
Disponibilização do sistema de transmissão	18.1	22.158	(196)	21.962	16.056	70.376	86.432
Tributos		(809)	8	(801)	(586)	(2.569)	(3.155)
PIS	18.2	(144)	1	(143)	(104)	(458)	(562)
Cofins	18.2	(665)	7	(658)	(482)	(2.111)	(2.593)
Encargos - Parcela "A"		(670)	-	(670)	(666)	-	(666)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(207)	-	(207)	(148)	-	(148)
Reserva global de reversão - RGR		(389)	-	(389)	(470)	-	(470)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(74)	-	(74)	(48)	-	(48)
Receita líquida		20.679	(188)	20.491	14.804	67.807	82.611
Resultado antes dos custos gerenciáveis		20.679	(188)	20.491	14.804	67.807	82.611
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(10.370)	4.023	(6.347)	(6.414)	(37.274)	(43.688)
Pessoal e administradores		(2.222)	-	(2.222)	(1.331)	-	(1.331)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.3	(4)	7	3	(4)	-	(4)
Material	18.1	(201)	(732)	(933)	(234)	-	(234)
Serviços de terceiros	18.1	(2.826)	39	(2.787)	(1.065)	-	(1.065)
Arrendamento de aluguéis		-	-	-	(36)	-	(36)
Tributo		(73)	-	(73)	(18)	-	(18)
Multas regulatórias		-	-	-	(45)	-	(45)
Provisões líquidas – contingências		-	-	-	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	18.4	(4.748)	4.748	-	(3.496)	3.496	-
Outros gastos operacionais	18.1	(296)	(39)	(335)	(183)	(40.770)	(40.953)
Resultado da Atividade		10.309	3.835	14.144	8.390	30.533	38.923
Resultado Financeiro		(600)	-	(600)	(176)	-	(176)
Receitas financeiras		387	-	387	80	-	80
Despesas financeiras		(930)	-	(930)	(256)	-	(256)
Outros resultados financeiros, líquidos		(57)	-	(57)	-	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		9.709	3.835	13.544	8.214	30.533	38.747
Despesa com impostos sobre os lucros	18.2	(790)	6	(784)	(499)	(2.088)	(2.587)
Lucro líquido do exercício		8.919	3.841	12.760	7.715	28.445	36.160
Lucro por ação		0,0830		0,1200	0,0800		0,3800

18.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

18.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC47.(vide nota 16.1)

18.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ajustes decorrentes da eliminação dos efeitos do pronunciamento técnico CPC 48, referente ao reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre saldos a vencer de clientes na contabilidade societária.

18.4. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

18.5. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

18.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos PL conforme contabilidade societária	241.311	228.551
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(127.432)	(123.591)
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(130.612)	(131.532)
Adoção inicial CPC 48	6	13
Depreciação	(4.748)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.922	7.928
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	<u>113.879</u>	<u>104.960</u>

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido societário do exercício	12.760	36.160
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(3.841)	(28.445)
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	920	(30.533)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	(7)	-
Diferenças de imobilizado	(4.748)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(6)	2.088
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	<u>8.919</u>	<u>7.715</u>